

Recesso antecipado prejudica o Governo

BRASÍLIA —

A articulação que antecipou o encerramento dos trabalhos do Congresso para ontem, numa tentativa



de arrefecer a crise política, partiu do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP) e do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) e teve a inusitada colaboração do líder do PT na Câmara, Jacques Wagner (BA). No entanto, o recesso antecipado significará um prejuízo de mais de R\$ 2 bilhões para o Governo, porque deixarão de ser votados projetos importantes, como o do Fundo de Estabilização Fiscal. Neste caso, o Governo não poderá contar com os recursos do FEF a partir de janeiro. Só com a não aprovação da emenda dos inativos, o Governo deixará de arrecadar R\$ 1,7 bilhão.

Enquanto Sarney e Antônio Carlos — citados na pasta cor-de-rosa — constatavam que nada

mais seria votado este ano, Jacques Wagner apresentou um argumento que convenceu a esquerda e o resto do Congresso a aceitar o adiamento da convocação extraordinária para 8 de janeiro: segundo o petista, iria repercutir muito mal o fato de os parlamentares serem convocados no dia 18, receberem salário dobrado e, no dia 22, entrarem em recesso branco até janeiro.

— Isso passaria uma péssima impressão para a opinião pública — disse o líder do Governo no Senado, Elício Alvares.

O fim do ano legislativo atrapalhou os planos do Governo de aprovar matérias importantes — orçamento e reformas incluídos — mas o presidente em exercício Marco Maciel aceitou imediatamente a proposta levada na quinta-feira à noite pelo presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães. Maciel, que horas antes já ia assinar a convocação extraordinária, tomou as providências necessárias para a ree-

dição, hoje, de 32 medidas provisórias não aprovadas.

— Nem que os funcionários tenham que virar a noite, as MPs estarão reeditadas amanhã (hoje) — disse Maciel.

A rigor, o adiamento não faz diferença no caso dos salários. Deputados e senadores vão receber R\$ 8 mil no início e R\$ 8 mil no fim, começando a trabalhar agora ou em 8 de janeiro.

As duas últimas semanas de trabalho do Congresso derrubaram todos os planos do Governo para o segundo semestre. O Planalto pretendia fechar o ano concluindo pelo menos a primeira votação em plenário da reforma da Previdência, mas o relatório de Euler Ribeiro (PMDB-AM) não foi sequer votado. A tramitação do orçamento da União também pouco avançou e o Governo começará 96 sem orçamento, recorrendo à regra de usar 1/12 dos recursos até a aprovação do projeto.